SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/05/2015 - Teletime

TIM tem queda nas receitas e ARPU no primeiro trimestre

A TIM divulgou na noite desta terça, 6, seus resultados financeiros e operacionais referentes ao primeiro trimestre do ano. A receita bruta da TIM no trimestre caiu 3,2%, para 6,8 bilhões, na comparação com o primeiro trimestre de 2014, mas na comparação com o trimestre anterior a queda foi de quase 10%. A receita líquida caiu no comparativo entre o primeiro trimestre deste ano e o mesmo período de 2014 3,3%, para R$ 4,5 bilhões. Os segmentos que mais tiveram queda de receita foram interconexão, com queda de 38,7% no primeiro trimestre na comparação com o mesmo período de 2014, fechando em R$ 475 milhões; longa distância, com queda de 11,4% e um total de R$ 722 milhões no trimestre; assinaturas e utilização, com queda de 7,8% para R$ 2,584 bilhões; e um aumento expressivo nas receitas de serviços adicionados, que subiram 21,8%, para R$ 1,825 bilhão. A queda no uso se deve ao cenário econômico, diz a TIM, enquanto a queda na interconexão é decorrente da redução das tarifas de VU-M.

Apesar do crescimento de receitas com serviços de valor adicionado, o segmento de SMS caiu 28% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2014, indicando a forte canibalização desse serviço pelos serviços OTT, como o WhatsApp, incluindo nos planos da TIM sem entrar no consumo de dados.

As receitas com serviços fixos subiram 6,6% no primeiro trimestre, para R$ 236 milhões, voltando a apresentar crescimento depois de quatro trimestres de queda. Na venda de aparelhos, as receitas cresceram 1,8% na comparação anual, para R$ 878 milhões.

A receita média por usuário da TIM (ARPU) caiu 5,5% no primeiro trimestre, para R$ 17, o que seria amenizado se não fosse a queda da VU-M. Também caiu a média de minutos utilizados, para 120 minutos, ou 14% a menos na comparação anual.

A TIM conseguiu reduzir as receitas em 5,3% no primeiro trimestre, para R$ 3,2 bilhões. Com isso, o EBITDA no primeiro trimestre foi de R$ 1,33 bilhão, uma alta de 1,7%, e a margem também subiu de 28% no primeiro trimestre de 2014 para 29,5% no primeiro trimestre deste ano. O lucro líquido trimestral foi de R$ 312 milhões, 16% a menos em relação a 2014.

A operadora investiu no primeiro trimestre R$ 924 milhões, ou 50,7% a mais em relação a 2014.

Dados operacionais

A operadora registrou cerca de 42,3 milhões de usuários com smartphones 3G, de um total de 75,7 milhões. E desses há 3 milhões de usuários 4G, e 44,8% dos usuários da TIM hoje são usuários de dados, segundo a empresa. Além disso, 90% dos celulares vendidos são smartphones.. Chama a atenção o elevado churn, já que no trimestre a empresa adicionou apenas 29 mil novas linhas, contra 486 mil no ano anterior. Foram nada menos do que 9,4 milhões de linhas brutas adicionadas, e uma desconexão de 9,3 milhões. No segmento pós-pago, a adição foi melhor, chegando a 507 mil usuários.

Infraestrutura

O TIM Live chegou a 150 mil clientes, dobrando a base em um ano, sendo 20 mil no primeiro trimestre, e a velocidade média é de 35 Mbps. São 26,6 mil edifício conectados.

São 1,5 mil pontos WiFi, que complementam o plano de ter 195 cidades cobertas com o Plano de Banda Larga Móvel, que é a integração das ERBs com fibra, core-IP e redes HSPA+, no mínimo. A rede 3G da TIM totaliza 1,414 mil cidades.

A operadora também divulga uma redução de 1,3% no consumo de energia elétrica, para 105,6 MWh no primeiro trimestre, o que se deve aos acordos de compartilhamento e troca de equipamentos com baixa eficiência.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/05/2015 - RBA

Se virar lei, terceirização irrestrita provocará 'caos' no Judiciário e nas relações trabalhistas

Em seminário na Universidade Mackenzie, em São Paulo especialistas preveem que terceirização generalizada, como prevista pela proposta aprovada na Câmara, será derrubada na Justiça

Especialistas presentes em seminário sobre perspectivas para o Direito do Trabalho no século 21, avaliam a eventual aprovação do PL da Terceirização (Projeto de Lei 4.330) sob dois cenários: se entrar em vigor, vai transformar o Direito do Trabalho em um caos e jogar um véu de ilegalidade sobre o sistema de relações capital e trabalho. E a proposta, como lei, deve ser considerada ilegal e inconstitucional pelo Judiciário. Segundo os participantes da abertura do encontro, realizada ontem (4) à noite, diante do caos anunciado pela proposta, a expectativa é de que a presidenta Dilma Rousseff vete o texto, caso seja aprovado no Senado. O encontro foi promovido pelo Centro Acadêmico João Mendes Jr., da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie.

"Não tenho a menor dúvida em afirmar que, se for aprovado como foi na Câmara, esse projeto não tem a menor possibilidade de efetivação no Direito brasileiro. Ele torna compulsória a intermediação de mão de obra. E tem uma máscara de formalidade para uma coisa que na prática será um decréscimo injustificado do padrão trabalhista mínimo assegurado pela Constituição Federal e pelo sistema de trabalho do Brasil de maneira geral", diz José Francisco Siqueira Neto, professor do Programa de Pós-graduação em Direito Político e Econômico e diretor da Faculdade de Direito do Mackenzie.

"O PL não deve ser aprovado e acho que não será. Tem que passar pelo Senado, o processo legislativo não é tão simples. E também acredito na mobilização social muito forte forte, que tem interferência no processo legislativo", afirma Jorge Luiz Souto Maior, juiz do Trabalho e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Segundo ele, são vários os argumentos de constitucionalidade que podem derrubar no Judiciário a eficácia do PL 4.330, se virar lei. "O projeto constitucional brasileiro é de melhoria das condições sociais do trabalhador, de responsabilidade social do capital e produção de justiça social, e esse projeto contraria tudo isso", destaca.

Para Ana Tércia Sanches, historiadora e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e diretora do Sindicatos dos Bancários de São Paulo, o PL 4.330 é a maior ameaça aos direitos dos trabalhadores desde a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). "É um risco iminente, que veio junto com esse movimento de direita que vimos crescer nos últimos meses", diz.

Souto Maior e Siqueira Neto concordam em que o projeto vai provocar muita confusão no Judiciário e nas relações trabalhistas. "Pode virar o caos, do ponto de vista do serviço do Judiciário", prevê o juiz do Trabalho. Na sua opinião, onde houve ampliação da terceirização, como na Argentina, "os processos são infindáveis e, por exemplo, há dificuldade em encontrar quem é o empregador".

"Vai criar uma confusão danada, porque muita gente vai pedir anulação (da lei), e vai conseguir. Isso vai gerar consequências trabalhistas e econômicas para as empresas, e vai ficar muito longe de resolver problemas", acredita o professor do Mackenzie.

Se o PL for aprovado no Senado como está, a expectativa é uma só. "Esperamos que a presidenta vete o projeto, em especial a extensão da terceirização para todas as categorias na atividade fim", diz Ana Tércia, também especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Porém, se as expectativas otimistas forem caindo uma a uma e o projeto enfim virar lei, será preciso "reconstruir o Direito", diz Souto Maior. "É possível que o Direito seja recriado por outros mecanismos que não necessariamente os previsto no PL. Temos as Constituição, temos outras leis, ou seja, existem formas de reconstrução do Direito. Mas não trabalho muito com essa hipótese. Acho que o PL não será aprovado", reafirma.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/05/2015 - CUT

"Redução da maioridade penal seria vexame constitucional"

Aprovação da PEC 171/93 seria "retrocesso"

O atual ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos brasileira, Pepe Vargas, reuniu-se nesta quinta-feira (30/04) com todos os ex-ministros que já foram titulares da pasta para assinar uma carta de repúdio à PEC 171/93, que propõe a redução da maioridade penal.

Em entrevista à DW Brasil, Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político que comandou a secretaria de 2001 a 2003, posicionou-se contra a proposta de emenda constitucional, dizendo que sua aprovação seria um "vexame". "O encontro foi para mostrar a unificação da resistência a esse retrocesso", disse Pinheiro.

Vargas e os oito ex-ministros dos governos FHC, Lula e Dilma estão organizando ações, em conjunto com a sociedade civil, contra a PEC 171/93, que prevê a redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos.

No Congresso Nacional, a proposta é discutida em uma série de reuniões convocadas por uma comissão especial. Se for aprovado na Câmara dos Deputados, o texto segue para o Senado. A matéria teve a maioria dos votos na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em março, em meio a protestos.

"Há um grupo muito sólido composto pelos deputados financiados pelas empresas de armas e munições e os ligados às igrejas fundamentalistas evangélicas, que se juntou para impor essa derrota ao governo federal", afirmou Pinheiro à DW Brasil.

DW Brasil: Por que foi organizado esse encontro do atual secretário de Diretos Humanos com os ex-ministros da pasta?

Paulo Sérgio Pinheiro: O encontro foi para mostrar a unificação da resistência a esse retrocesso que vai ser a medida de reforma constitucional diminuindo a maioridade penal. Primeiro, foi para mandar uma mensagem de que todos os governos estão unidos. A conjuntura política e da luta partidária, oposição e governo, não deve se refletir na defesa dos direitos humanos. Também assinamos um documento contra a proposta.

DW: Quais serão os próximos passos a serem tomados?

PSP: Há várias frentes, uma delas é a frente parlamentar, da qual faz parte a ex-ministra Maria do Rosário e o deputado Paulo Teixeira, que estão enfrentando a comissão especial, porque há vários deputados que certamente se juntaram à aprovação dessa proposta de emenda constitucional de uma maneira totalmente enganosa.

Há um grupo muito sólido composto pelos deputados financiados pelas empresas de armas e munições e os ligados às igrejas fundamentalistas evangélicas, com uma leitura muito equivocada da Bíblia, que se juntou para impor essa derrota ao governo federal, que é contra essa mudança.

DW: E quais são as outras frentes que o senhor citou?

PSP: Outra é a frente da informação. A secretaria dos Direitos Humanos está produzindo muita informação sobre o tema. Além disso, os ministros se dispuseram a participar de outras reuniões e a visitar o Congresso, para tentar mostrar essa unidade entre ministros de diferentes governos. Na crise atual, isso é muito inusitado e totalmente inovador. Não aconteceu nada parecido desde janeiro de 2015 nessa direção.

DW: Em sua opinião, quais serão as consequências para o país e para a sociedade caso a PEC 171/93 seja aprovada?

PSP: Primeiro será um vexame constitucional, porque o Brasil foi à luta pela ratificação da Convenção Internacional de Direitos Humanos. Foi algo que conseguimos na democracia. Houve também a mobilização pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que é muito progressista e é a tradução da convenção. E depois, os próprios adolescentes vão sofrer as consequências. Eles não são os maiores responsáveis pelos crimes violentos, não chega a 0,5%. Esses deputados de forma oportunista e demagógica querem culpar os adolescentes de 16 a 18 anos, como eles se fossem os responsáveis pela violência. Eles é que vão sofrer, porque esses vão ser os adolescentes que querem mandar para prisões de adultos, controladas pelo crime. Além disso, a medida e é um retrocesso em termos da constituição. Não é só um artigo, essa questão do tratamento diferenciado de crianças e adolescentes perpassa todo o texto constitucional.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/04/2015 - Carta Capital

Lei das terceirizações é desejo patronal de ampliar lucros

Comparados aos benefícios celetistas, os efeitos da nova lei representam, sim, grande perda para os trabalhadores em estratos de baixa renda

Discute-se o Projeto de Lei 4330/04 que interfere na Consolidação das Leis do Trabalho, um avanço social criado por Getúlio Vargas, em 1943.

Na década de 1960, uma tia, já falecida, se habilitava como datilógrafa em firmas de recrutamento para trabalhos temporários. Por um bom tempo, assim ganhou a vida na Ultrafértil, gigante do setor de fertilizantes.

Entre 1970 e 1975, trabalhei numa fábrica de tintas, em Guarulhos. O serviço apertava e o Departamento de Pessoal selecionava temporários. Auxiliares de produção, expedição, operadoras de envase. Ritmo mantido, ficavam em definitivo.

Década de 1980. Complexo têxtil, malharia e confecção com cerca de mil funcionários, na maioria mulheres. Mais exportações, Natal? Mais cortadeiras, overloquistas e empacotadoras temporárias.

Comparados aos benefícios celetistas, os efeitos da nova lei representam, sim, grande perda para os trabalhadores em estratos de baixa renda. Ponto.

"É simples", como escreveu Jânio de Freitas (Folha de São Paulo, 23/04): "Se a terceirização não fosse de conveniência das empresas, por que o empresariado a desejaria? (...) terceirização diminui a pouca distribuição de renda havida nos últimos anos e favorece ainda maior concentração".

A partir dos anos 1990, forçou-se a barra para economizar custos sociais nas folhas de pagamento. Globalização, menos valia chinesa, vantagens competitivas, outsourcings mal entendidos, estatísticas cegas, e outros vapores baratos tornaram a terceirização contraponto às contratações pela CLT.

O PJ (pessoa jurídica), individual ou em pequenos grupos, começou a correr solto. Políticos e economistas do ufano, com base no alto número de empresas abertas a cada ano no Brasil, diziam ser aqui onde mais se empreendia. Inocentes inúteis. Minhas pobres escritas perguntavam: tal empreendedorismo não é apenas fuga dos encargos sociais?

Por certo, há segmentos laborais com características de prestadores de serviços que podem e devem se constituir como pessoas jurídicas terceirizadas. Até porque é tendência, hoje, em médias e grandes empresas, parte da remuneração ser através de aferição de desempenho. Variável, pois.

O que hoje se propõe, no entanto, é uma falácia, com origem na forma "qualquer nota" de calcular os encargos. Os 55% contábeis subiram aos 70% e logo foram aos 100% (bastava dobrar o salário-base). Tem quem o triplique, fazendo o infinito parecer razoável.

Domingos, férias, períodos de gravidez, luto, horas de almoço, de xixi e cocô, passaram a ser incorporados ao custo do trabalhador. Pensam que brinco? Nada. Já vi e ouvi de tudo.

Para reduzir os custos celetistas, generalizou-se o físico no jurídico. Patronato feliz, funcionários vendo-se com mais status, menores descontos no holerite, menos obrigações tributárias e, no fim, mais ações na Justiça do Trabalho.

Na essência, o Projeto de Lei 4330/04 é um desejo patronal de ampliar lucros. Institucionaliza situações específicas que, na miúda, já rolavam há décadas.

Simples assim? Não. A agropecuária, por exemplo, brasa de minhas sardinhas.

Leia mais em:

http://www.cartacapital.com.br/economia/lei-das-terceirizacoes-e-desejo-patronal-de-ampliar-lucros-8939.html

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/05/2015 - Portal Vermelho

Mesmo com lucro de R$ 5,7 bilhões, Itaú continua com demissões

Dados divulgados nesta terça-feira (5), apontam que o Itaú Unibanco, maior banco privado brasileiro, encerrou o primeiro trimestre com lucro líquido de R$ 5,73 bilhões, ou seja, cifra 29,7% maior que o registrado em 2014. Mesmo com as cifras positivas o Itaú não parou com as demissões que, desde 2011, somaram mais de 16 mil bancários sem emprego.

A contradição que nos chama a atenção do banco "Feito para Você" é que ao passo em que os lucros sobem, crescem também o número de demissões e os processos movidos pelo entidades de classe. É aceitável que um banco cujos lucros aumentam todos os anos, como é o caso do Itaú, em vez de investir na contratação de funcionários demita cada vez mais?

Em 2014, essa instituição financeira teve um lucro líquido de R$ 20.242 bilhões. Isso representa um aumento de 28.9% em relação a 2013, ano em que o lucro foi de R$ 15.695 bilhões.

Enquanto isso, segundo dados do Sindicato dos Bancários de São Paulo, de março de 2011 a junho de 2014 cerca de 16 mil trabalhadores e trabalhadoras do Itaú foram demitidos em todo o Brasil. No Espírito Santo, durante o ano de 2014 foram 53 demissões, sendo 50 sem justa causa. Em 2015 já foram 11. Dessas, 9 foram sem justa causa.

Lucro líquido

De acordo com informações disponibilizadas pelo banco, o lucro líquido foi de R$ 5,8 bilhões, um aumento de 28,2% em relação ao mesmo período do ano anterior e a rentabilidade ficou em 24,5%.

O Itaú também informou que os ativos totais alcançaram R$ 1,3 trilhão e os recursos próprios, captados e administrados totalizaram R$ 1,8 trilhão no primeiro trimestre de 2015. O Índice de basiléia foi de 15,3%, demonstrando a forte posição de capital do banco. A margem financeira subiu 27,8%, para R$ 15,96 bilhões, refletindo tanto as margens maiores na concessão de empréstimos como ganhos maiores com tesouraria.

Outro dado apresentado pela empresa, foi o índice de inadimplência geral do banco (atrasos de mais de 90 dias de correntistas pessoas física e empresas), que computou recuo de para 3%. Além disso, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido anualizado do Itaú Unibanco foi de 24,2%, ante 22% de igual etapa de 2014 e 24% do trimestre anterior.

Estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre o desempenho dos bancos em 2014 aponta que setor registrou crescimento de 18,5% em seus lucros, com montante de R$ 60,3 bilhões.

De acordo com estudo, o total de ativos dos cinco maiores bancos do país atingiu o expressivo montante de R$ 60, 3 bilhões, com evolução de 14,4% em 12 meses. Há o registro ainda de que o patrimônio líquido dessas instituições cresceu 18,4% no período, atingindo R$ 370 bilhões.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Alta dos juros, parceiro fundamental

O estudo ainda aponta que um dos fatores responsáveis por esse resultado foi a expressiva elevação das receitas com Títulos e Valores Mobiliários, decorrente das sucessivas elevações da taxa Selic no ano passado.

Especula-se no mercado que as previsões são de que a Selic, hoje em 13,25%, deve chegar a 13,5% ao ano no final de 2015. Para 2016, a projeção dos juros básicos subiu de 11,5% para 12% ao ano. As previsões estão no boletim Focus, pesquisa com instituições financeiras que é divulgada semanalmente pelo Banco Central.

Na busca pela chamada "eficiência operacional", os bancos privados nacionais deram continuidade ao fechamento de postos de trabalho, embora em ritmo menor que nos anos anteriores.

Entre os bancos públicos, o Banco do Brasil seguiu a mesma tendência, enquanto a Caixa Econômica Federal continua sendo a única instituição financeira com forte geração de emprego e concomitante melhora nos índices de eficiência.

Caixa, um diferencial

Ainda segundo relatório do Diesse, entre os grandes bancos, a Caixa permanece se destacando. Entre 2013 e 2014, os ativos da instituição cresceram 24% e o patrimônio líquido, 76,1%.

Um dos motivos para o forte crescimento do patrimônio líquido do banco ocorreu a partir de julho do ano passado, quando a Caixa teve um aporte de capital da ordem de R$ 27,9 bilhões por parte do Tesouro Nacional, na forma de instrumento híbrido de capital e dívida, conforme resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O levantamento do Dieese alerta que, com o objetivo de melhorar o Índice de Eficiência, frente ao quadro econômico nacional e internacional e do aumento das exigências de capital impostas pelo Acordo de Basiléia III, os grandes bancos privados fizeram uso do expediente de corte das despesas com pessoal, por meio da redução de postos de trabalho, e aumento das receitas com tarifas bancárias. Por outro lado, a concessão de crédito foi bastante conservadora.

Em sentido oposto, os bancos públicos, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, reduziram o ritmo da oferta de crédito em relação aos patamares que vinham sendo praticados desde o início da crise internacional, para assim se adequar a uma conjuntura de desaceleração da atividade econômica e às novas exigências regulatórias.

O estudo observa ainda que, apesar disso, a Caixa manteve a estratégia de expansão, ainda que em ritmo menor, cuja atuação tem sido aumentar a estrutura de atendimento e ampliar a cobertura pelo país. Segundo o Dieese, "a Caixa mostra ser possível melhorar o Índice de Eficiência com ampliação de postos de trabalho, mediante o aumento da participação na oferta de crédito na economia".